

# Escrever história, fixar o tempo: as primeiras escolhas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

*Bruno Balbino Aires da Costa*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Apodi - Rio Grande do Norte - Brasil  
bruno\_balbino@hotmail.com

---

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é examinar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) como um *lugar social* de produção de textos historiográficos, evidenciando como estes auxiliam no processo de fabricação da memória histórica norte-rio-grandense. Parte-se da hipótese de que esse empreendimento historiográfico levado à cabo pelos sócios do IHGRN, nos primeiros anos da sua fundação, considerou como uma das estratégias principais o estabelecimento de uma certa articulação do tempo do Rio Grande do Norte ao tempo da nação. Destarte, para melhor compreender esse processo de construção historiográfica, examina-se os primeiros artigos publicados pelos sócios do IHGRN na revista da agremiação, justamente, para evidenciar como essa configuração refletiu logo nas primeiras escolhas temáticas e heurísticas, publicadas pela revista da agremiação, nos anos iniciais de sua criação.

**Palavras-chave:** IHGRN. Historiografia. Memória histórica. Rio Grande do Norte.

---

## Introdução

Criado em 29 de março 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) surgiu como uma instituição responsável por organizar e arquivar o acervo documental do estado, como também como um *lugar social* de produção em que os sócios da agremiação publicavam seus textos historiográficos. O discurso histórico não se constitui à revelia do lugar em que o historiador está inserido, pelo contrário, articula-se com o corpo social, que fala à sua maneira, estabelecendo seus limites, suas interdições, suas possibilidades, inscrevendo “num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros” (CERTEAU, 2007, p.76-77) É a partir desta particularidade do *lugar social* que os sócios do IHGRN falam e realizam suas pesquisas historiográficas. Obviamente, como chama atenção Michel de Certeau (2007, p. 77-109), identificar o *lugar social* em que os historiadores estão inseridos não é explicar a história, é preciso considerar as práticas empregadas no fazer historiográfico, bem como a

construção de um texto, uma escrita que representa o passado, nomeando-o, encerrando-o, sepultando-o.

Entre os sócios do instituto norte-rio-grandense havia o interesse em construir um passado para o estado, organizando o tempo do Rio Grande do Norte, isto é, fixar sua origem no tempo e o seu lugar nos principais acontecimentos históricos do Brasil, articulando-o ao tempo da nação. Para isso, o IHGRN publicou artigos que obedeciam a algumas regras do discurso historiográfico, propriamente vinculado à cultura histórica oitocentista. A história produzida pela agremiação emprega determinados métodos, faz uso de documentos e a partir deles constrói o texto histórico que pretende ser verdadeiro. Não obstante o seu caráter disciplinar, a historiografia produzida pelo IHGRN auxiliou no processo de construção de uma dada memória histórica do Rio Grande do Norte, articulando-a à certa memória nacional. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é examinar o IHGRN como um *lugar social* de produção de textos historiográficos, evidenciando como estes auxiliam no processo de fabricação da memória história norte-rio-grandense. Parto da hipótese de que esse empreendimento historiográfico levado à cabo pelos sócios do IHGRN, nos primeiros anos da sua fundação, considerou como uma das estratégias principais o estabelecimento de uma certa articulação do tempo do Rio Grande do Norte ao tempo da nação. Destarte, para melhor compreender esse processo de construção historiográfica, escolhi examinar os primeiros artigos publicados pelos sócios do IHGRN na revista da agremiação, justamente, para evidenciar como essa configuração refletiu logo nas primeiras escolhas temáticas e heurísticas, publicadas pela revista da agremiação, nos anos iniciais de sua criação.

## O passado remoto como recorte temporal

Logo no texto de abertura do primeiro volume da revista, intitulado *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, publicado em 1903, os sócios do IHGRN já se preocuparam em esclarecer aos seus leitores, mormente a sociedade norte-rio-grandense, as escolhas heurísticas, temporais e temáticas, definidas pela agremiação:

Nestas paginas encontrarão os leitores tudo o que referente á geographia e á historia do nosso Estado e em geral do Brasil pudermos obter nas pesquisas que o Instituto fizer para o conhecimento da nossa vida, desde o tempo da conquista, e tambem o que possível fôr conseguirmos da existencia selvagem

dos primeiros povoadores – essas pobres hordas primitivas que as armas e a astúcia dos brancos despojaram.

Certo, este primeiro número da nossa REVISTA terá a acolhida que merece o pensamento que a dictou, encontrado o Instituto em todos os que lhe possam ser úteis o auxílio indispensável para que dignamente figure entre as sociedades congêneres do Paiz (REVISTA DO IHGRN, 1903, p.4-5).

Fica claro nesse excerto, o interesse por parte dos sócios em evidenciar a razão social da instituição, bem como os compromissos e os limites de sua atuação no campo intelectual, apresentando ao público norte-rio-grandense, que tipo de saberes seriam contemplados e os temas principais a serem publicados pela sua revista. Não obstante, constar em sua própria denominação os títulos de “histórico” e “geográfico”, a principal tarefa da agremiação era tratar acerca da história do Rio Grande do Norte. Em termos quantitativos, os artigos historiográficos superaram em muito os textos de geografia. Em outras palavras, o IHGRN era mais historiográfico do que geográfico, pelo menos nos seus primeiros anos existência.

O excerto acima destaca também que recorte temporal deveria ser examinado: *o tempo da conquista*. Isso significa dizer que a prioridade não era o tempo presente, mas o passado remoto. A escolha por um passado longínquo, em detrimento do tempo presente, tinha a ver com questões epistemológicas, tendo em vista que o distanciamento temporal do historiador em relação ao passado, era considerado como uma garantia da sua *objetividade* em relação à análise dos acontecimentos históricos. É válido destacar que o distanciamento temporal do historiador diante dos fatos era um dos critérios apreciados pela historiografia oitocentista.

O interesse pelo passado remoto era também político na medida em que o IHGRN ensinava a construir um enredo para a memória histórica do estado, que servisse ao uso político do passado. A escolha desse recorte implicava na seleção de determinados acontecimentos históricos a serem preservados e evidenciados nas narrativas historiográficas sobre o passado norte-rio-grandense. Dessa forma, os membros do Instituto elegeram a conquista e a ocupação do Rio Grande, pelos colonizadores do final do século XVI; a presença holandesa na capitania; e a revolução de 1817, como sendo os principais acontecimentos históricos do estado, o que evidencia o interesse em instituir, a partir deles, uma certa leitura para a memória histórica para o Rio Grande do Norte.

É imperioso salientar ainda que aos sócios da instituição era igualmente reservado o papel de fazer uma investigação sobre a existência dos povos indígenas que habitavam a capitania. Não é por acaso que a temática indígena foi um dos assuntos mais pesquisados e publicados na revista do IHGRN. Entretanto, distintamente dos estudos

publicados nas edições da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), as quais tinham como prioridade o exame acerca da existência, ou não, da historicidade entre os índios ou da formação filológica das suas línguas (Cf. TURIN, 2009), os textos publicados na revista do IHGRN focalizavam na defesa da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão (Cf. COSTA, 2019).

Apesar dos sócios expressarem o interesse pelo estudo da “existência selvagem dos primeiros povoadores da capitania”, na prática, a produção de textos nessa linha de pesquisa não ocorreu. Ao recuar no tempo cronológico, “nos anos iniciais da capitania”, os personagens destacados não foram os índios, mas os europeus. O artigo de Luiz Fernandes Sobrinho, secretário do IHGRN, intitulado *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses*, publicado no primeiro número da revista, foi um dos primeiros textos a tratar desse assunto.

#### **Fixar o tempo: capitães e fundadores do Rio Grande [do Norte]**

O próprio título *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses*, considera o Rio Grande do Norte como uma espacialidade contínua, naturalizada, isto é, considerando-a como um lugar que já existia antes mesmo do início do processo de colonização do Brasil. Durante o século XVI, o termo *Rio Grande do Norte* inexistia na documentação referente à capitania. A nomenclatura utilizada pelas autoridades administrativas, eclesiásticas e políticas, pelo menos até o início do século XIX, para designar a área localizada entre as capitanias do Ceará e de Itamaracá era *Rio Grande*. A terminologia *Rio Grande do Norte* só aparece, posteriormente, por volta do século XIX (FERNANDES, 2012, p.97), portanto, seu uso pelos sócios do IHGRN é anacrônico. Longe de ser pensado como um erro metodológico ou um pecado do historiador (LORAUX, 1992, p.57), o anacronismo do termo aparece no referido artigo, como um elemento importante no processo de urdidura entre o passado e o presente dos norte-rio-grandenses. O uso anacrônico da nomenclatura, *Rio Grande do Norte*, para referenciar a capitania do *Rio Grande*, era parte integrante da própria estratégia de se construir uma continuidade espacial e temporal, uma identidade entre o passado e o presente. Em outras palavras, o termo *Rio Grande do Norte* institui a leitura de que tal espacialidade existiu antes mesmo da consolidação da colonização dos portugueses, considerando-o como uma realidade que atravessou o tempo. Não é por acaso que o autor do artigo tenha afirmado que o Rio Grande [do Norte] “foi a primeira terra do Brasil

visitada pelos europeus” (FERNANDES SOBRINHO, 1903, p. 24). Para provar essa asserção, o autor apropriou-se de dois textos: o artigo do desembargador e sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP), Adelino Antônio de Luna Freire, publicado pela revista da instituição, em 1896, intitulado *Colônia Socorro*, e o primeiro volume da *História Geral do Brazil* (1854) de Varnhagen. Os dois escritos narram a expedição hispânica sob o comando de Alonso de Hojeda, a qual foi acompanhado por Américo Vespúcio e por João de La Costa, que partiu de Santa Maria de Cádiz, na Espanha, em maio de 1499, com destino as Índias Ocidentais, porém desviou-se da rota traçada, aproximando-se do delta do rio Assú e/ou Apodi, localidades que, posteriormente, pertenceriam a capitania do Rio Grande (VARNHAGEN, 1854, p.25; FERNANDES SOBRINHO, 1903, p. 24). Antes mesmo da publicação do artigo de 1903, o primeiro vice-presidente do IHGRN, Alberto Maranhão (1898, p. 16-17), já havia aludido à presença espanhola nas terras da capitania do Rio Grande em seu *Ensaio histórico* de 1898:

E' tradição em alguns pontos do Estado que, mesmo antes da chegada casual de Pedro Alvares Cabral a Porto Seguro, já tinha sido o território do Rio Grande do Norte visitado por alguns navegadores d'aquella epocha afanosa lide descobridora – seculos XV e XVI.

De uma noticia que recebi do Apody, aproveitada para a descrição historica, geographica e economica dos municipios do Estado que apresentei em um dos ultimos relatorios da Secretaria do Governo, consta que, já em 1499, os navegadores Alonso de Hojeda e Americo Vespucio acompanhados pelo piloto biscahinho João de La Cosa, chegaram, pelo rio Mossoró ou Apody, até a lagôa Itabú (pedra preta) hoje denominada Apody.

(...)

Não e' inverossimil essa tradição conservada pelos velhos habitantes d'aquella localidade.

Diferentemente do autor do artigo de 1903, Alberto Maranhão baseou sua alegação na tradição oral dos habitantes da região em torno do rio Apodi. O primeiro vice-presidente do IHGRN não citou nenhuma documentação ou texto que pudesse respaldar tal asserção, apropriando-se, exclusivamente, do discurso da tradição oral – a despeito de todas as ressalvas que os historiadores oitocentistas tinham com relação à oralidade. Embora partam de referências distintas, o autor do texto *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses* e Alberto Maranhão partilham a mesma ideia de que o Rio Grande [do Norte] foi o primeiro lugar a ser visitado pelos europeus, o que demonstra ser uma tese bastante aceita entre os letrados norte-rio-grandenses do final do século XIX e início do XX. Contudo, a questão extrapola a simples evidência da visita dos espanhóis no Rio Grande, um ano antes da chegada dos portugueses em Porto Seguro. Isso quer dizer que, para a historiografia rio-grandense do norte do início

do século XX, a origem do Brasil encontrava-se no Rio Grande do Norte e não na Bahia. Desse modo, o episódio da expedição de Alonso de Hojeda no delta do Assú ou do Apodi, em 1499, assinalaria um outro lugar a ser ocupado pelo Rio Grande do Norte na memória histórica da nação: o marco inicial-cronológico da história do país. Em outras palavras, o tempo inaugural da nação é o tempo da presença hispânica no Rio Grande do Norte antes da conquista. É válido destacar que a chegada dos povos europeus no Brasil, isto é, o seu *descobrimento* era considerado como marco fundador da nação. Não é sem razão que na *História do Brasil (1500-1627)*, de frei Vicente Salvador, de 1627, na *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, publicada em Lisboa em 1730, e no volume inicial da *History of Brazil* (1801) de Robert Southey, o *descobrimento do Brasil* é colocado logo nos primeiros capítulos destas obras, construindo a ideia de que a origem da até então colônia lusitana estava associada à chegada dos povos europeus na América. Varnhagen também endossou essa leitura – pelo menos na primeira edição da *História Geral do Brasil* (1854), vindo, posteriormente, a modificar a disposição dos capítulos.<sup>1</sup> Para os sócios do IHGRN, era relevante afirmar a primazia do Rio Grande no episódio das *descobertas da América*, tendo em vista o interesse em conferir para o estado um lugar na construção da memória histórica do Brasil.

Além da narrativa acerca da expedição espanhola no Rio Grande, Luiz Fernandes Sobrinho (1903, p.25) apresentou, laconicamente, os momentos iniciais da capitania, destacando a sua doação feita pelo rei de Portugal, Dom João III, ao capitão donatário, João de Barros, em 1534, e o malogro deste na primeira tentativa de colonizá-la. No restante do artigo, o autor copiou *ipsis litteris* os três capítulos do livro IV da *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador, referente à conquista da capitania do Rio Grande. O escopo era estabelecer, sucintamente, os marcos iniciais do Rio Grande [do Norte] para que outros escritos pudessem abordar, especificamente, cada quinhão dos primeiros momentos da sua história.

Um ano após a publicação do artigo de 1903, Luiz Fernandes Sobrinho publicou outro texto, intitulado *Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do*

---

<sup>1</sup> De acordo com Temístocles Cezar (2006, p. 30-31), na segunda edição da obra, de 1877, Varnhagen alterou a ordem dos capítulos, provavelmente em função da polêmica com o geógrafo francês D'Avezac, que o severamente criticara a disposição original dos primeiros capítulos da edição de 1854: "Assim, os capítulos VII, dedicado à "Descrição do Brasil", e o VIII, "Dos índios do Brasil em geral" da primeira edição tornam-se, na publicação de 1877, respectivamente os capítulos I e II. Varnhagen, entretanto, defende-se mostrando que havia prevenido seus leitores ainda na primeira edição da História geral, em uma nota ao final do tomo I, indicando que os capítulos compreendidos entre o VII e o X poderiam ser deslocados para o início sem alterar a harmonia da obra. A disposição original teria sido estabelecida pois lhe havia parecido o caminho mais correto para integrar o Brasil à história da humanidade".

*Norte*. O escrito do secretário do Instituto enquadrava-se no conjunto de publicações do IHGRN, concernentes ao período da conquista da capitania. O texto foi publicado em duas partes, nas revistas de 1904 e 1905, cada uma tratando dos dois primeiros capitães-mores do Rio Grande: Jerônimo de Albuquerque e João Rodrigues Colaço. Possivelmente, a ideia inicial era abranger as administrações políticas ocorridas nos períodos da capitania e da província do Rio Grande [do Norte]. Todavia, Luiz Fernandes interrompeu seu trabalho. Tudo indica que a produção dos artigos sobre a naturalidade de Camarão e dos textos sobre a imprensa norte-rio-grandense, publicados no mesmo período, tenham feito o sócio do IHGRN desistir de terminar seu trabalho sobre os capitães-mores e governadores Rio Grande [do Norte].<sup>2</sup>

De certa forma, o artigo de Luiz Fernandes Sobrinho fez um movimento semelhante ao texto *Catálogo dos capitães mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte* de Gonçalves Dias, publicado em 1854, pela revista do IHGB. Inclusive, como se pode observar os títulos dos textos são praticamente o mesmo. O catálogo do sócio do IHGB expunha uma relação cronológica dos capitães e governadores que administraram a capitania de 1663 a 1824. A justificativa para o recorte do catálogo de Gonçalves Dias deu-se devido ao problema geral da documentação concernente ao período anterior ao domínio holandês. Não obstante a questão precária dos arquivos da província, o sócio do IHGB utilizou-se da documentação que dispunha para conferir uma periodização que organizasse cronologicamente a história política do Rio Grande do Norte. É neste quesito que os dois trabalhos se aproximam. Embora não mencione o *Catálogo* de Gonçalves Dias, Luiz Fernandes intenciona dar continuidade e/ou preencher as lacunas deixadas pelo trabalho do letrado maranhense. Contudo, o fez de maneira distinta. Luiz Fernandes Sobrinho não produziu uma lista breve e geral dos períodos que cada capitão-mor e/ou governador administrou a capitania e a província do Rio Grande [do Norte], como fizera Gonçalves Dias (Cf. COSTA, 2018). Sobrinho abordou outros aspectos que foram além da formalidade do início e do término do governo de cada capitão-mor da capitania.

---

<sup>2</sup> O texto de Luiz Fernandes Sobrinho foi uma obra incompleta. Apenas em 1912, é que o desembargador e até então presidente do IHGRN, Vicente de Lemos, publicou o livro *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, dedicado à narrativa dos principais acontecimentos ocorridos nas administrações políticas do Rio Grande [do Norte], desde a sua conquista e colonização em 1598, até a independência em 1822. A estrutura da obra era semelhante ao artigo de Luiz Fernandes, isto é, uma narrativa sucinta dos principais acontecimentos ocorridos nas administrações dos capitães-mores e governadores do Rio Grande [do Norte] (Cf. LEMOS, 1912).

Na parte destinada ao segundo capitão-mor da capitania, João Rodrigues Colaço, poucas foram as informações fornecidas por Luiz Fernandes Sobrinho. A narrativa, praticamente, se resumiu em comprovar com rigor qual seria o início e o término do governo de Colaço. Porém, diferentemente do *Catálogo* de Gonçalves Dias, Luiz Fernandes Sobrinho (1905, p. 9) preocupou-se em apresentar, mesmo que sucintamente, alguns dados da biografia de João Rodrigues Colaço, especialmente, em relação à sua família. Contudo, se comparado à narrativa destinada ao segundo capitão-mor, Luiz Fernandes reservou um espaço bem maior para tratar sobre a vida e o governo de Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Luiz Fernandes Sobrinho (1905, p. 3-4) descreveu, inicialmente e laconicamente, alguns elementos da biografia do primeiro capitão-mor do Rio Grande. O sócio do IHGRN relata a filiação, portuguesa e indígena, de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, bem como a sua formação educacional e militar realizadas em sua terra natal, Pernambuco. O traço mais destacado da biografia do capitão-mor foi a participação em expedições de conquista da capitania pernambucana, a qual guerreou contra grupos indígenas do sertão. Segundo Luiz Fernandes Sobrinho (1905, p. 4), foi a sua habilidade e experiência na arte da guerra que o levou a ser escolhido pelo capitão-mor de Pernambuco, Manoel Mascarenhas Homem, para comandar uma das companhias de *gente de pé* em direção à conquista da capitania do Rio Grande. Qualificado como bravo e homem de valor, Jerônimo de Albuquerque é descrito como uma figura de proa no processo de conquista do Rio Grande. Seu nome aparece sempre atrelado ao auxílio do capitão-mor, Mascarenhas Homem, que ao terminar o conflito com os franceses e os índios potiguares no Rio Grande, fundou a primeira marca da conquista da capitania: a construção do Forte dos Reis Magos em 6 de janeiro de 1598. Manoel Mascarenhas Homem é alçado, assim, como o fundador da capitania do Rio Grande.

Conforme Luiz Fernandes, ao finalizar a construção do Forte, em 1598, Manoel Mascarenhas Homem deixou-o sob o comando de Jerônimo de Albuquerque Maranhão. A data do término da fundação do Forte, em 1598, e a nomeação de Jerônimo de Albuquerque como capitão-mor definiam o início da história do Rio Grande como capitania. O ponto central dessa narrativa era fixar, temporalmente, o início do Rio Grande como um território pertencente a Coroa Portuguesa. Se o relato da chegada dos espanhóis ao delta do Assú ou Apodi, em 1499, marcava a instituição da origem do Rio Grande do Norte no tempo, então a narrativa sobre a conquista da capitania fixava a sua origem como território português.

Para os membros do IHGRN, estabelecer datas, acontecimentos e personagens fundadores da capitania, isto é, construir um passado, era extremamente importante para a constituição de certa memória histórica do Rio Grande do Norte. É por essa razão que Luiz Fernandes fez questão de evidenciar quais seriam os primeiros fundadores e capitães-mores da capitania. Isso explica, em parte, a razão pelo qual o fez defender a tese de que Jerônimo de Albuquerque de Maranhão foi o primeiro capitão-mor da capitania do Rio Grande. Todavia, essa discussão não era uma unanimidade entre os historiadores.

Luiz Fernandes Sobrinho (1904, p. 6) e seus consócios do IHGRN, advogavam Jerônimo de Albuquerque Maranhão como o primeiro capitão-mor da capitania do Rio Grande. Nesse ponto, o secretário do IHGRN discordava de Varnhagen. No anexo final do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1857), Visconde de Porto Seguro afirmara que Mascarenhas Homem tinha sido o primeiro capitão-mor da capitania: “Parece-me – *data venia* – ter-se enganado o grande historiador Brasileiro, dizendo, embora, na citada nota constarem as nomeações dos primeiros capitães-mores da Capitania – das chancelarias dos respectivos reis na Torre do Tombo” (FERNANDES SOBRINHO, 1904, p. 6). Apesar da afirmação de Varnhagen, Luiz Fernandes Sobrinho (1904, p. 4-6) argumentava que ao ser impelido, juntamente com Feliciano Coelho, para liderar o processo de conquista do Rio Grande, Manoel Mascarenhas Homem não teria perdido o seu posto de capitão-mor de Pernambuco. Embora distante temporariamente de sua capitania, Manoel Mascarenhas Homem continuou governando-a. Logo, não poderia ter sido capitão-mor de duas capitanias ao mesmo tempo, entregando, segundo Luiz Fernandes, o governo a Jerônimo de Albuquerque. É importante frisar que ele não estava questionando a credibilidade do documento citado por Varnhagen, mas sim a sua interpretação: “Portanto, si algum acto existe registado no archivo do Torre do Tombo ligando ao Rio Grande do Norte o nome de Manuel Mascarenhas, é bem provavel que seja a ordem regia em que diretamente lhe era commettida a empresa dessa conquista” (FERNANDES SOBRINHO, 1904, p. 6). Desse modo, Luiz Fernandes interpretava que o documento aludia à ordem de conquista da capitania e não à nomeação de sua governadoria, como acreditava Varnhagen. Por outro lado, havia ainda a alegação de que Jerônimo de Albuquerque tinha sido nomeado apenas como capitão do Forte e não da capitania, o que foi refutado, peremptoriamente, por Luiz Fernandes. Conforme este, a nomeação para ser capitão do forte implicava, diretamente, na investidura do governo da capitania. Para comprovar seu argumento, o secretário do

IHGRN citou um trecho de uma carta de sesmaria concedida pelo próprio Jerônimo de Albuquerque Maranhão em 7 de janeiro de 1605, o qual trazia a informação que este era, ao mesmo tempo, capitão-mor da Fortaleza dos Reis Magos e da capitania do Rio Grande (FERNANDES SOBRINHO, 1904, p. 8).

O interesse em definir Jerônimo de Albuquerque Maranhão como o primeiro capitão-mor do Rio Grande não era desinteressado. É importante frisar que a família Albuquerque Maranhão era o principal grupo político do estado no início da República, e que mantinha laços bem próximos com a maior parte, senão todos, dos membros do IHGRN. Luiz Fernandes Sobrinho, assim como os seus consócios, esteve diretamente atrelado ao grupo familiar. Não é por acaso o seu interesse em defender Jerônimo de Albuquerque Maranhão como o primeiro capitão-mor do Rio Grande. A estratégia discursiva de Luiz Fernandes constrói uma leitura de continuidade do Albuquerque Maranhão do passado com os do presente. Desta maneira, o domínio dos Albuquerque Maranhão no presente encontra sua legitimidade política no passado, evidente a partir de Jerônimo de Albuquerque no governo da capitania.

Ao colocar no centro de sua narrativa as figuras de Manoel Mascarenhas Homem e de Jerônimo de Albuquerque, Luiz Fernandes contribuiu para a instituição dos personagens fundadores da capitania do Rio Grande. Cada um destes é posicionado em um lugar distinto na formação da capitania. Enquanto Manoel Mascarenhas Homem foi alçado à condição do conquistador do Rio Grande [do Norte] e construtor do Forte dos Reis Magos, Jerônimo de Albuquerque foi o seu primeiro capitão-mor, além de pacificador dos índios *Potyguares* e o responsável pela fundação da cidade do Natal em dezembro de 1599. Dessa forma, as datas, os acontecimentos e personagens fundadores narrados por Luiz Fernandes, fixam a *origem* do Rio Grande [do Norte] no tempo, recolhendo em uma totalidade fechada os elementos dispersos na memória histórica do estado.

O texto de Luiz Fernandes não foi o único a tratar do processo de conquista e colonização da capitania do Rio Grande. Em 1918, Augusto Tavares de Lyra, um dos sócios fundadores do grêmio, publicou o artigo *A colonização da capitania do Rio Grande*. Este texto já havia sido publicado, em 1914, na revista do IHGB, fazendo parte, posteriormente, de um dos capítulos do livro *Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte* (1918).

Se o texto de Luiz Fernandes se dedicou a tratar de maneira mais geral a conquista da capitania, o artigo de Tavares de Lyra esmerou-se em especificar a ação de

um personagem nesse processo: Jerônimo de Albuquerque. Este é alçado à condição de fundador do Rio Grande e de Natal.

Tavares de Lyra começa seu texto apresentando a ancestralidade de Jerônimo de Albuquerque. Segundo Tavares de Lyra (1918, p. 7), o considerado *conquistador do Rio Grande* é fruto do relacionamento entre Jerônimo de Albuquerque com uma índia, a filha de *Arco Verde* (Uirã ubi), a qual, depois de batizada, tomara o nome de Maria do Espírito Santo. Para explicar a relação entre o colono e a índia, Tavares de Lyra a compara a história de John Smith, um colono inglês, e a índia *Pocahontas*. É válido salientar que a comparação entre as experiências colonizadoras entre índios e colonos do Brasil e dos Estados Unidos não era incomum entre os letrados brasileiros. Em alguns romances românticos brasileiros, publicados no oitocentos, como os de José de Alencar, por exemplo, é perceptível não só a intertextualidade com a produção romancista americana do mesmo período, mas também a analogia entre os relatos referentes ao passado da conquista e da colonização do Brasil com os dos Estados Unidos – apesar dessas aproximações literárias serem negadas, muitas vezes, por alguns agentes da intelectualidade brasileira (Cf. FREITAS, 2008).

John Smith era diretor do primeiro núcleo de colonos estabelecido nas possessões inglesas da América do Norte, mais especificamente na Virgínia, às margens do *James River*. A principal responsabilidade de John Smith era explorar aquela região e estabelecer a paz com os indígenas (LYRA, 1918, p. 6). Em uma de suas excursões nas florestas do interior, o colonizador foi pego pelo chefe da tribo, *Powhatan*, que o condenou à morte. Todavia, no momento de sua execução, sua filha, *Pocahontas*, interveio, salvando-lhe da condenação. Graças à intercessão da índia, segundo Tavares de Lyra (1918, p. 6), John Smith foi posto em liberdade, dando continuidade à obra de conquista dos ingleses. A partir dessa narrativa, Augusto Tavares de Lyra (1918, p. 8) estabelece uma analogia entre os dois relatos: “Foi também pela intervenção da filha de um maioral dos Índios que em 1548 Jeronymo de Albuquerque escapou á morte, quando já condemnado a ser repasto de selvagens”.

Jerônimo de Albuquerque, pai, foi um dos colonos responsáveis pela conquista da capitania de Pernambuco. Juntamente com o seu cunhado, Duarte Coelho, donatário da referida capitania, Jerônimo de Albuquerque ajudou a conquistá-la, não medindo esforços no combate aos índios da região. Em uma de suas lutas contra os indígenas, Jerônimo de Albuquerque foi capturado por estes, caindo em seu poder no dia 2 de janeiro de 1548, sendo condenado, juntamente com os seus companheiros, ao “horriavel sacrificio da

anthropophagia” (LYRA, 1918, p. 7), Conforme Tavares de Lyra (1918, p. 7), antes mesmo de ser condenado, a filha de *Arco Verde*, chefe da horda vencedora, conseguiu arrancá-lo do cativo: “E assim o rei do coração da enamorada filha do morubixaba dominou por ella os selvagens, que vivendo em paz duradoura, deram mais tarde aos Portuguezes apoio decisivo na conquista de todo o Norte”. Jerônimo de Albuquerque, o conquistador do Rio Grande, era, deste modo, fruto da relação entre Jerônimo de Albuquerque, seu pai, e a índia filha de *Arco Verde*. Portanto, Jerônimo de Albuquerque era um herói mameluco (LYRA, 1918, p. 7).

É importante ressaltar que todas as informações sobre o episódio da suposta paixão da índia por Jerônimo de Albuquerque e sobre a biografia do seu filho foram leituras que Tavares de Lyra fez do primeiro volume da obra *Anno Biographico Brasileiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1876.<sup>3</sup> Tavares de Lyra não citou nenhum documento histórico para corroborar com esse tipo de informação, tudo indica por desconhecimento. O letrado norte-rio-grandense cita, sem questionar o seu possível teor ficcional, a informação fornecida pelo romancista brasileiro. Nesse caso, a citação da obra de Joaquim Manoel de Macedo servia como elemento fundamental de preenchimento das informações necessárias para a construção da ancestralidade e dos aspectos gerais da biografia de Jerônimo de Albuquerque, o conquistador do Rio Grande e fundador de Natal.

A partir da narrativa de Joaquim de Manoel Macedo, Augusto Tavares de Lyra (1918, p. 8) destacou diversas virtudes de Jerônimo de Albuquerque. O *conquistador* é descrito como um herói bravo, indômito, ilustre, famoso, instruído nas letras, que com seu devotamento e bravura, serviu a *Pátria*. Como se sabe, no período colonial o Brasil ainda não era uma nação. Todavia, ao sinalizar que Jerônimo de Albuquerque tinha servido à *Pátria*, o interesse de Augusto Tavares de Lyra era o de reforçar a ideia de que a nação desde sempre existira e que, portanto, o pertencimento nacional já se encontraria na experiência colonial. Dessa forma, Jerônimo de Albuquerque não era apenas um conquistador da capitania do Rio Grande, mas um importante personagem da nação como um todo. A continuação da construção do Forte dos Reis Magos, as lutas e os consequentes acordos de paz com os índios e a fundação de Natal formam o conjunto da

---

<sup>3</sup> Segue o trecho da obra de Joaquim Manoel de Macedo (1876, p.250): “Jeronymo de Albuquerque objecto do amor, e rei do coração da enamorada filha de Arco Verde, por ella dominou sobre a horda selvagem, fez christã essa índia que recebeu no baptismo o nome de Maria do Espirito Santo, abençoou e legitimou o primeiro fructo de sua união, á quem deu seu nome, Jeronymo de Albuquerque (em 1599 conquistador do Rio-Grande do Norte, e em 1614 vencedor dos francezes no Maranhão)”.

obra de Jerônimo de Albuquerque (LYRA, 1918, p.11-12). A despeito do mérito de suas ações residir em uma escala mais local, o Rio Grande, contudo, suas realizações nessa capitania sinalizavam um interesse que contribuiria, antes de tudo, para construção e conquista da própria *Pátria*.

O escopo da narrativa de Tavares de Lyra é nítido: visa eleger Jerônimo de Albuquerque como um dos grandes personagens da história do Rio Grande [do Norte] do período colonial. Em outras palavras, Jerônimo de Albuquerque é o seu herói fundador. É por essa razão que Tavares de Lyra fez questão de contribuir para o desfecho da discussão em torno do primeiro capitão-mor da capitania. A polêmica é a mesma do artigo de Luiz Fernandes: quem foi o primeiro capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque ou João Rodrigues Colaço? Tavares de Lyra cita vários documentos, inclusive, publicados pela própria revista do IHGRN, para comprovar que Jerônimo de Albuquerque foi, de fato, o primeiro capitão-mor e não João Rodrigues Colaço. Em tempos de construção da memória norte-rio-grandense, era imperioso aos sócios do IHGRN, como Tavares de Lyra e Luiz Fernandes Sobrinho, resolver todas as polêmicas em torno dos fundadores do Rio Grande [do Norte]. Os marcos teriam de ser fixados e sobre eles não deveria pairar nenhuma dúvida sob pena de fragilizar a própria memória que estava sendo produzida no interior do Instituto. Aos membros do IHGRN se fazia necessário depurar, esquadriñar e fixar as informações concernentes ao passado remoto do estado. Por esse motivo era tão caro aos primeiros sócios, investigar e estabelecer quais seriam os heróis e os acontecimentos históricos fundantes do Rio Grande do Norte. Dito de outra maneira, era imprescindível ao IHGRN definir uma temporalidade para o Rio Grande do Norte em consonância com o tempo da nação. Isso explica, em parte, a preocupação de Tavares de Lyra em afirmar, prontamente, Jerônimo de Albuquerque como o personagem central da conquista e da colonização do Rio Grande. Afirmo “em parte” por uma razão simples: a escolha de Jerônimo de Albuquerque diz respeito não só com uma demanda identitária, urgente para os interesses em torno da construção da memória norte-rio-grandense, mas também por uma questão concernente ao uso político do passado, afinal o referido personagem é considerado um ancestral da família Albuquerque Maranhão, a qual Tavares de Lyra (1918, p. 26) fazia parte:

E' incontestavel que foi de valiosa importancia para Jeronymo de Albuquerque a assistencia sollicita, que lhe dispensou d. Diogo de Meneses, como já lhe haviam dispensado os seus antecessores; mas não ha negar que a elle mais diretamente cabem, como governador da capitania extrema dos dominios portuguezes, as glorias e os triumphos alcançados no avanço da colonização. E, si relevantes já eram os seus serviços, maiores seriam mais tarde, quando,

num rasgo de justo e legitimo orgulho, sellaria a capitulação de La Ravardière, em 27 de Novembro de 1614, com o sobrenome de Albuquerque Maranhão, que passou aos seus descendentes, relembrando, através della, a grandeza da victoria que obtivera na opulenta região, donde havia expellido os Francezes.

Como fica nítido nesse excerto, a menção à família Albuquerque Maranhão é costurada a partir da narrativa da ação de Jerônimo de Albuquerque no passado da capitania. Os descendentes de Jerônimo de Albuquerque estão governando o presente do Rio Grande do Norte. O passado é chamado a legitimar o governo do presente. É imperioso assinalar que esse texto havia sido publicado nos anos 10, momento em que a família Albuquerque Maranhão estava em declínio na política norte-rio-grandense. Nesse sentido, em tempos de crise política da referida organização familiar, nada mais legitimador do que construir uma narrativa que evidencie os Albuquerque Maranhão como parte integrante da memória histórica do estado.

### Considerações finais

Os artigos analisados assinalam o interesse dos membros do IHGRN em narrar os acontecimentos históricos considerados fundantes da memória do Rio Grande do Norte. Embora não fosse objetivo dos sócios do IHGRN escrever uma história geral para o estado, é perceptível o intento de alguns dos seus membros em publicar textos que colaborassem para a construção de um passado para o Rio Grande do Norte, fixando a sua origem no tempo. Nesse constructo historiográfico, datas, acontecimentos e personagens fundadores foram instituídos como elementos formadores da identidade histórica do estado. Se fazia necessário articular o passado do Rio Grande do Norte ao passado nacional. Nesse sentido, as datas, os acontecimentos e personagens fundadores narrados e construídos, sobretudo, por Luiz Fernandes Sobrinho e Augusto Tavares de Lyra, fixaram a *origem* do Rio Grande [do Norte] no tempo.

Como foi discutido ao longo do artigo, a articulação entre o tempo da nação e o tempo do Rio Grande [do Norte] foi possível também a partir da *invenção* das narrativas sobre os relatos da colonização e conquista da capitania. Nas narrativas sobre esses acontecimentos ficou patente como o texto histórico significa e cose as temporalidades e os espaços. Nesse sentido, os integrantes do IHGRN não estavam produzindo apenas uma história-memória do Rio Grande do Norte. Eles eram cômicos de que seus textos diziam respeito também a memória nacional. Não era apenas uma

memória regional que estava em jogo, mas a sua articulação, sua relação, com um todo, com um conjunto geral da nação.

---

#### **WRITING HISTORY, SETTING TIME: THE FIRST CHOICES OF THE HISTORICAL AND GEOGRAPHIC INSTITUTE OF RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN)**

**Abstract:** The objective of this paper is to examine the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte (IHGRN) as a social place for the production of historiographic texts, showing how they help in the process of fabricating the historical memory of the Rio Grande do Norte. The hypothesis is that this historiographic undertaking carried out by the members of the IHGRN, in the first years of its foundation, considered as one of the main strategies the establishment of a certain articulation between the time of Rio Grande do Norte and the time of the nation. Thus, to better understand this process of historiographic construction, the first articles published by the members of the IHGRN in the magazine of the association are examined, precisely, to show how this configuration reflected in the first thematic and heuristic choices, published by the magazine of the association, in initial years of its creation.

**Keywords:** IHGRN. Historiography. Historical memory. Rio Grande do Norte.

---

---

#### **ESCRIBIR HISTORIA, ESTABLECER EL TIEMPO: LAS PRIMERAS OPCIONES DEL INSTITUTO HISTÓRICO Y GEOGRÁFICO DE RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN)**

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es examinar el Instituto Histórico y Geográfico de Rio Grande do Norte (IHGRN) como un lugar social para la producción de textos historiográficos, mostrando cómo ayudan en el proceso de fabricación de la memoria histórica del Rio Grande do Norte. La hipótesis es que esta empresa historiográfica realizada por los miembros de la IHGRN, en los primeros años de su fundación, consideró como una de las principales estrategias el establecimiento de una cierta articulación entre la época de Rio Grande do Norte y la época de la nación. Por lo tanto, para comprender mejor este proceso de construcción historiográfica, se examinan los primeros artículos publicados por los miembros de la IHGRN en la revista de la asociación, precisamente, para mostrar cómo esta configuración se reflejó en las primeras elecciones temáticas y heurísticas, publicadas por la revista de la asociación, en años iniciales de su creación.

**Palabras clave:** IHGRN. Historiografía. Memoria histórica. Rio Grande do Norte.

---

## **Referências**

### **Fontes**

DIAS, Antonio Gonçalves. Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854

LEMOS. Vicente de. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia do *Jornal do Commercio*. 1912.

LYRA, Augusto Tavares de. A colonização da capitania do Rio Grande. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1918.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Volume I. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico. 1876. p.250

MARANHÃO, Alberto. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Volume I. Natal: Empresa d'A República. 1898

Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume 1. N.1 1903.

FERNANDES SOBRINHO, Luiz. O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903.

\_\_\_\_\_. Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume 2. Número 1. 1904.

\_\_\_\_\_. Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume 3. Número 1. 1905.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil**. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

## Bibliografia

COSTA, Bruno Balbino Aires da. A retórica da naturalidade: a pátria de Felipe Camarão como um problema historiográfico. **Anos 90**. Porto Alegre, v.26, p.1-15, 2019

\_\_\_\_\_. O Rio Grande do Norte nas páginas do IHGB oitocentista. In: SPÍNDOLA, Pablo; SANTOS, Wagner Geminiano dos (orgs.). **Teoria da História e história da historiografia brasileira dos séculos XIX e XX**: ensaios. Jundiá: Paco. 2018

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado**: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República. 154f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal.

FREITAS, Renata Dal Sasso. **Páginas do novo mundo**: um estudo comparativo entre a ficção de José de Alencar e James Fenimore Cooper na formação dos estados nacionais

brasileiro e norte-americano no século XIX. 152f. 2008 – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 242f. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Bruno Balbino Aires da Costa** é doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Apodi, e do Mestrado em Ensino de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (ProfHistória/UERN).

---

Recebido em 05/08/2020

Aceito em 05/11/2020